

CORREIO ECONÔMICO

POR MARCELLO SIGWALT



Dados enviados dão base à entrega da declaração do IR

Prazo de envio de dados de rendimento acaba sexta (28)

Atenção, empresas e instituições financeiras!

Na próxima sexta-feira (28) se encerra o prazo para o envio, aos contribuintes, dos informes de rendimento relativos a 2024, para efeito da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2025 (IRPF), cuja entrega começa a ser feita, oficialmente, a partir de 17 de março próximo.

No que se refere aos comprovantes de rendi-

Cruzamento

Com os dados de rendimento, a Receita Federal cruza informações e verifica se o contribuinte preencheu os dados errados ou sonegou imposto. Os comprovantes fornecidos pelos empregadores devem conter valores recebidos pelos contribuintes no ano anterior.

INSS

Já os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) podem pegar os comprovantes na internet, disponíveis na página Meu INSS ou no aplicativo de mesmo nome nos sistemas Android e iOS, digitando a mesma senha para consultar extratos.



Aportes de crédito do banco de fomento cresceram 26%

BNDES teve ‘impacto’ de R\$ 276,5 bi no crédito em 2024

Ao longo de 2024, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve impacto de R\$ 276,5 bilhões no crédito disponível na economia brasileira. O valor é o maior impacto já registrado na história do banco público e representa aumento de 26% em relação a 2023. Já o lucro da instituição cresceu 20,5% em

‘Tranches’

O valor das aprovações é maior que os desembolsos pois os recursos são liberados em etapas (tranches). O BNDES é vinculado ao MDIC, funcionando como braço financeiro do governo para apoiar investimentos para o desenvolvimento econômico e social do país.

Indústria

O diretor financeiro e de mercado de capitais, Alexandre Abreu, destacou que, pela primeira vez desde 2017, a indústria (R\$ 52,4 bilhões) teve mais liberação de crédito do que a agropecuária (R\$ 52,3 bilhões). “O que mostra o sucesso da Nova Indústria Brasil”, apontou.

Crescimento

O setor de capitalização arrecadou R\$ 32,02 bilhões em 2024, alta anual de 6,8%, de acordo com a Federação Nacional de Capitalização (Fenacap). Os resgates totalizaram R\$ 23,34 bilhões, alta de 5,8% em um ano, e os sorteios subiram 12,4%, para R\$ 1,84 bilhão.

Filantropia

Os títulos da modalidade tradicional somaram R\$ 23,1 bilhões, enquanto os de filantropia premiável alcançaram R\$ 4,05 bilhões. Os títulos de garantia chegaram a R\$ 3,28 bilhões, ainda de acordo com a Fenacap. Esses títulos são uma das apostas de crescimento do setor.

Alta do IPCA-15 em fevereiro é a maior, em quase três anos

Prévia da inflação subiu 1,23%, o que acumula 4,96% em 12 meses

Por Marcello Sigwalt

“Turbinado” pelo avanço de 4,34% da Habitação – que exerceu impacto de 0,63 ponto percentual sobre o índice geral – o IPCA-15 (também chamado de prévia da inflação oficial) cresceu 1,23% em fevereiro corrente, superando em 1,12 ponto percentual (p.p.) a taxa do mês anterior, que variou 0,11%.

Trata-se da maior variação do indicador, desde abril de 2022, quando subiu 1,73%, assim como é a maior para um mês de fevereiro, desde 2016, quando marcou elevação de 1,42%. Em 12 meses, a prévia acumula alta de 4,96%, acima dos 4,50% observados nos 12 meses imediatamente anteriores, enquanto que, em igual mês de 2024, o IPCA-15 foi de 0,78%. Esses resultados foram divulgados, nessa terça-feira (25) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Entre os subitens, o que mais pressionou o grupo Habitação (4,34%) foi a energia elétrica residencial, que ‘pesou’ 0,54 p.p. no



Energia elétrica residencial foi o subitem que mais pesou no grupo Habitação

índice, ao avançar 16,33% em fevereiro, em contraste com a queda de 15,46% observada em janeiro, por conta da incorporação do bônus de Itaipu. Também exerceram influência no grupo habitacional, a taxa de água e esgoto (0,52%), decorrente do reajuste de 6,42% nas tarifas em Belo Horizonte (3,60%) e do reajuste de 6,45% nas tarifas de uma das concessionárias

em Porto Alegre (1,79%), vigentes desde 1º de janeiro.

Já no que toca ao subitem gás encanado (-0,32%), a variação de 2,01% no Rio de Janeiro decorre de reajuste positivo de 4,71%, com início em 1º de janeiro, e de uma redução média de 1,78% nas tarifas, a partir de 1º de fevereiro; em Curitiba (-1,25%),

houve redução de 3,01% nas tarifas, a partir de 1º de fevereiro; e, em São Paulo, a variação de -1,41% reflete a incorporação integral da redução nas tarifas, vigente desde 10 de dezembro de 2024.

Em contraponto, recuaram os grupos Vestuário (-0,08% e 0,00 p.p.) e Comunicação (-0,06% e 0,00 p.p.).

Temor fiscal alavanca os juros futuros

A leve alta nos juros futuros longos reflete o receio do mercado de que o governo federal afrouxe a política fiscal para conter a queda de popularidade, apontada nesta terça-feira em pesquisa do CNT.

Já as taxas mais curtas conseguiram seguir o movimento da curva dos Treasuries e cederam, embora com certa resistência porque os núcleos do IPCA-15 seguiram em nível preocupante. O leilão do Tesouro, que

teve lote e risco menor, foi um fator positivo.

A taxa de depósito interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 caiu a 14,585%, de 14,634% no ajuste anterior, e o DI para janeiro de 2027 cedeu para 14,47%, de 14,51%. Já a taxa para janeiro de 2029 subiu para 14,41%, de 14,36% no ajuste de ontem.

A reprovação ao governo atingiu a pior marca desde janeiro de 2023 segundo pes-

quisa de avaliação de governo CNT. A soma das avaliações “péssimo” e “ruim” é de 44%, tendo crescido 13 pontos percentuais desde a rodada anterior do levantamento, em novembro de 2024.

“Nova pesquisa confirmou o que outras já estavam apontando: a popularidade de Lula recuando, e com isso há preocupação de como o governo vai reagir – se vai gastar mais, injetar mais dinheiro na economia

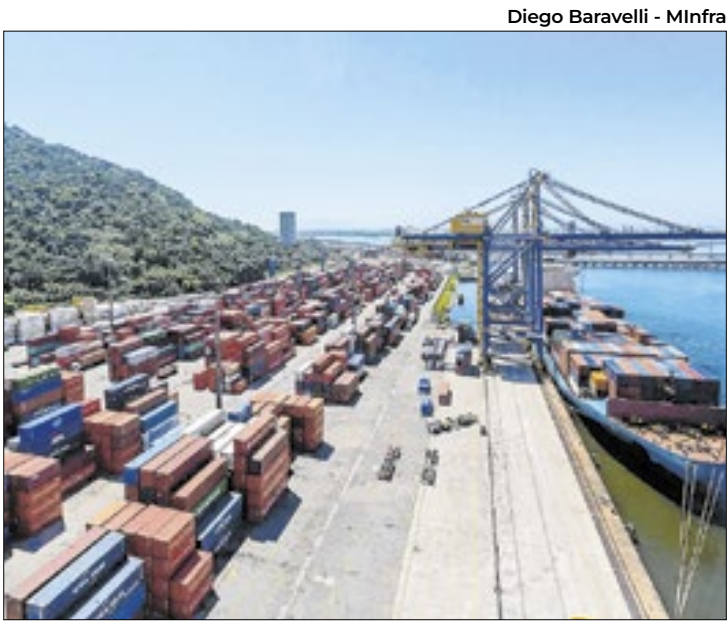
para tentar estancar essa queda na popularidade, ou se vai buscar um controle fiscal. Mas risco é para expansão fiscal”, comenta o estrategista-chefe e sócio da EPS Investimentos, Luciano Rostagno.

Nesta tarde o presidente Lula se reuniu com ministros para discutir a inflação de alimentos, mas a proposta para taxar exportações teve ampla rejeição interna, mostrou o Broadcast Agro.

Câmara aprova o “Acredita Exportação”

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (25), o projeto conhecido como ‘Acredita Exportação’, uma das prioridades elencadas pelo governo federal à nova cúpula do Congresso Nacional. A principal mudança feita pelo relator, Jonas Donizette (PSB-SP), foi a ampliação de benefícios fiscais às empresas do setor com a inclusão dos serviços associados à exportação. A proposta amplia para até 3% do valor exportado o que pode ser restituído a essa categoria de empresas no Reintegra. Hoje, esse percentual é de 0,1%.

O governo também propôs ao Legislativo, em outro projeto, a apuração de crédito a microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, na hipótese de devolução total ou parcial de resíduo tributário remanescente na cadeia de produção de bens exportado. Donizette reu-



Projeto amplia benefícios fiscais às empresas do setor

niu as proposições num mesmo texto e manteve as sugestões do Executivo.

Donizette aproveitou proposta que amplia benefícios fiscais do Drawback e ao Regime Aduaneiro de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado (Recof). A ideia é retirar

impostos que os exportadores brasileiros pagam para adquirir bens ou contratar serviços necessários à finalização de suas mercadorias.

O texto suspende, para pessoas jurídicas de todos os portes, o pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep, da

Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep Importação e da Cofins-Importação incidentes na importação ou na aquisição no mercado interno de serviços vinculados à exportação ou à entrega no exterior de produtos. Segundo o parecer, o mecanismo tem natureza transitória que abrange o período até 2027, quando entra em vigor a reforma tributária e a extinção do sistema atual.

A empresa poderá utilizar o Drawback, regido pelo Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, ou o Recof, da Receita Federal – no caso deste último, somente a partir de 2026. Caso a pessoa jurídica não exporte o produto resultante da utilização desses regimes, ela fica obrigada a recolher as contribuições com o pagamento suspenso, acrescidas de juros e multa de mora, contados a partir da ocorrência dos fatos geradores dos tributos suspensos.

Bolsa tem alta de 0,46% a 125 mil pontos

Vindo de perdas nas duas sessões anteriores, o Ibovespa obteve leve respiro nesta terça-feira, 25, em alta de 0,46%, a 125.979,50 pontos, com giro a R\$ 21,7 bilhões. Destaque da agenda do dia, a leitura relativamente comportada do IPCA-15 referente a fevereiro, considerado a prévia da inflação oficial do mês, deu algum fôlego ao apetite por ações na B3, apesar do desempenho negativo dos carros-chefes Vale

(ON -0,97%) e Petrobras (ON -0,86%, PN -0,45%) na sessão. Na semana, o Ibovespa recua 0,85% e, no mês, em -0,12%. No ano, sobe 4,74%.

“A despeito da surpresa positiva – tanto no número em si quanto na composição da inflação como um todo -, ainda é cedo para qualquer mudança de leitura da política monetária”, diz Helena Veronese, economista-chefe da B.Side Investimentos. Ela destaca, na

leitura de fevereiro, um início de desaceleração nos preços de alimentos.

“Além disso, foi a primeira vez em cinco meses que a inflação de serviços caiu – o que pode ser um sinal de que o aperto monetário está funcionando”, acrescenta a economista, ressaltando que uma única observação não permite tirar conclusão “certeira”.

Ela acrescenta que, “se os movimentos de queda de

alimentos continuarem, e se não houver grandes preocupações adicionais com o fiscal, é possível que em algum momento do 2º semestre já se comece a discutir o início dos cortes de juros.”

Na B3, a leitura do mês sobre a inflação contribuiu para firmar o apetite por ações. Na ponta ganhadora nesta terça-feira, Azul (+8,47%), Magazine Luiza (+7,42%), LWSA (+7,14%) e Vibra (+5,69%).